

## Leonardo Boff\*

### Nunca esquecer o sonho de Chico Mendes

A COP30 em Belém terminou com resultados insatisfatórios. No documento final é nulo o compromisso na diminuição gradual dos combustíveis fósseis e pela fragilidade de decisões no financiamento das políticas de mineração de gases de efeito estufa. Isso levou a numerosos cientistas e ecólogos afirmar: "Suprimir a menção dos combustíveis fósseis é traição à ciência e às pessoas mais vulneráveis e é incoerente com as metas até 2030". Mas houve alguns avanços, especialmente quanto aos 59 metas da adaptação, a inclusão das desigualdades de raça como componente da crise climática, a valorização das mulheres, dos afrodescendentes e povos originários na defesa da vida e principalmente o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Problema nunca resolvido é o do financiamento porque os países industrializados e ricos, os principais causadores do aquecimento global, se negam a colaborar de forma realmente eficiente.

Num contexto geral de impasse face ao acúmulo de crises que podem ameaçar futuro da vida e da espécie humana, lembramo-nos daquelas figuras paradigmáticas que nos inspiraram caminhos novos e nos dão esperança. Seguramente uma delas é Chico Mendes, tão conhecido mundialmente quanto é conhecido Pelé.

Ele era um lídimo representante dos povos da floresta e um observador atento da lógica da natureza. Nós que o conhecemos e com quem privamos na amizade, sabemos de sua profunda identificação com a floresta amazônica, com sua imensa biodiversidade, com os seringueiros, com os animais, com o mais leve sinal de vida da mata. Era um S. Francisco secular e moderno. Dividia seu tempo entre a cidade e a selva.

Mas quando estava na cidade ouvia fortemente o chamado urgente da selva, em seu corpo e em sua alma. Sentia-se parte e parcela dela. Por isso regressava de tempos em tempos ao seringal e à comunhão natural e cósmica. E aí sentia-se em seu habitat, em sua verdadeira casa. Tive o privilégio de fazer algumas penetrações na floresta amazônica do Acre, ocasião em que pude admirar a alma ecológica de Chico Mendes.

Mas sua consciência ecológica o fazia deixar, por algum tempo, a floresta para organizar seringueiros, fundar células sindicais e participar das lutas de resistência (os famosos "empates", estratégia pela qual os seringueiros junto com suas crianças, velhos e outros aliados se postavam pacificamente diante dos desmatadores e de suas máquinas impedindo-lhes de derrubar árvores).

Face à crise ecológica imposta à Amazônia sugeriu em nome do movimento dos povos da floresta a criação de reservas extrativistas, aceitas pelo Governo central ainda em 1987. Era muito realista ao dizer: "nós entendemos - os seringueiros entendem - que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos também que há uma necessidade muito urgente de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto está ameaçando a vida de todos os povos do planeta. Por isso pensamos numa alternativa de preservação da floresta que fosse ao mesmo tempo econômica. Então pensamos na criação da reserva extrativista" (cf. Grzybowski, C.,(org.) O testamento do Homem da Floresta: Chico Mendes por ele mesmo, FASE, Rio de Janeiro 1989,24). Ele mesmo explica como funciona este modo de produção: "nas reservas extrativistas nós vamos comercializar e industrializar os produtos que a floresta generosamente nos con-

cede. A universidade precisa vir acompanhar a reserva extrativista. Ela é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ela vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o uso-fruto não a propriedade" (cf. Jornal do Brasil 24/12/1988).

Destarte se encontraria uma alternativa ao extrativismo selvagem que somente traz vantagens aos especuladores especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro, hoje preso por tentativa de golpe. Uma árvore de mogno, cortada no Acre, custa de 1-5 dólares; vendida no mercado europeu custa cerca de 3-5 mil dólares.

Na véspera do Natal de 1988 foi vítima da sanha dos inimigos da natureza e da humanidade. Foi assassinado com 5 balas. Deixou a vida amazônica para entrar na história universal e no inconsciente coletivo dos que amam nosso planeta Terra e sua imensa biodiversidade.

Como arquétipo Chico Mendes anima a luta pela preservação da Hileia amazônica e dos povos da floresta, hoje assumida por milhões de pessoas no mundo inteiro. Bem cantou um poeta da floresta do Pará: "Ai! Amazônia! Amazônia! Enterraram Chico Mendes, só não se enterra a esperança" (João de Jesus Paes Loureiro). Essa esperança se transformou num esperançar (Paulo Freire), vale dizer a criação dos meios e das circunstâncias para realizar o que alguns chamam a Terra da Boa Esperança, a Terra respeitada e tida como a Grande Mãe Geradora.

**\*Leonardo Boff é ecoteólogo, filósofo e escreveu: Sustentabilidade e cuidado: como assegurar o futuro da vida, Editora Conhecimento Liberto, São Paulo 2025.**

## Tales Faria

### Crise parece jogo combinado entre Gilmar Mendes e Alcolumbre

A crise entre o Judiciário e o Legislativo, provocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, desenterrou dois projetos no Congresso que já estavam em tramitação. A aprovação desses textos interessa a esquerdistas e direitistas e também ao comando do Congresso, do governo e até o Supremo Tribunal Federal (STF).

Gilmar suspendeu nesta quarta-feira, 3, diversos artigos da Lei do Impeachment. Determinou que apenas a Procuradoria-Geral da República pode cassar ministros da Corte. A decisão tem caráter liminar, terá que ser referendada no plenário do STF.

Os projetos desenterrados são: a chamada PEC-8, de 2021, uma Proposta de Emenda Constitucional que limita decisões individuais (monocráticas) de ministros do Supremo Tribunal Federal; e o PL 1.388 de 2023, chamado de marco legal dos crimes de responsabilidade.

O PL 1.388 já foi aprovado no Senado e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, ali com parecer do deputado bolsonarista Marcel Van-Hattem (Novo-RS). É resultado de um anteprojeto

proposto pela comissão de juristas instalada em 2022 pelo então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que foi presidida pelo hoje ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na época ministro do STF.

A atual Lei de Crimes de Responsabilidade permite que qualquer cidadão denuncie por crime de responsabilidade o presidente e o vice-presidente da República, além de ministros de estado e do STF. O projeto de lei mantém a possibilidade de o cidadão oferecer denúncia, mas terá que vir com a assinatura de 1% dos eleitores distribuídos por pelo menos cinco estados.

Também amplia o rol de autoridades sujeitas ao processo com regras para a denúncia por partidos políticos, sindicatos e Ordem dos Advogados do Brasil e dá prazo para que a denúncia seja admitida.

Já a PEC do marco legal dos crimes de responsabilidade foi aprovada pela CCJ do Senado e aguarda apenas a votação em plenário, antes de ser enviada para a Câmara. Entre outros pontos, proíbe que um único magistrado declare a inconstitucionalidade

de leis, como fez agora Gilmar Mendes.

A decisão individual causou protestos dos presidentes da Câmara e do Senado e dos líderes de quase todos os partidos. Provocou um impasse, uma crise institucional entre poderes da República.

Na verdade, o fim das decisões monocráticas é defendido não só pelos políticos em geral. O próprio presidente do STF, Edson Fachin, defendeu mais limitações às decisões monocráticas quando sabatinado pelo Senado para integrar a Corte.

Alcolumbre, em discurso no qual protestou veementemente contra a decisão de Gilmar, foi quem apontou a solução dos dois projetos.

"Registro que tramita na Casa um projeto de lei que prevê um novo marco legal de crimes de responsabilidade no Brasil", disse, acrescentando logo a seguir que a "situação indica a necessidade de se alterar o regime das chamadas decisões monocráticas".

Ao criar a crise, Gilmar deu oportunidade a Alcolumbre de apontar as soluções que todos queriam.

## OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (\*)

### Pobreza cai no Brasil, mas ainda aflige 1 em cada 4 brasileiros

**1-POBREZA AFLIGE UM EM CADA 4 NO BRASIL.** Pobreza cai ao menor nível desde 2012, mas ainda aflige 1 em cada 4 no país. Por Alexandre Novais Garcia. Os percentuais de brasileiros que vivem na linha da pobreza (23,1%) ou da extrema pobreza (3,5%) mantiveram a trajetória de queda registrada após o fim da pandemia de Covid-19 e fecharam 2024 no menor patamar desde 2012, ano que marca o início da série histórica do indicador, segundo dados revelados hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). População em situação de pobreza no Brasil é a menor dos últimos 12 anos. Os dados apresentados pela Síntese de Indicadores Sociais revelam que a condição de extrema pobreza no país caiu 0,9 ponto percentual, de 4,4% para 3,5%, entre 2023 e 2024. Na totalidade, a pobreza registrou uma redu-

ção de 4,2 pontos percentuais, ao passar de 27,3% para 23,1%. Condições extremas atingiam 48,9 milhões dos brasileiros no ano passado. O número representa quase um quarto da população brasileira, estimada em 211,8 milhões de habitantes no ano passado. Em um ano, cerca de 10,1 milhões de brasileiros abandonaram as linhas de pobreza. Estimativas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - consideram as definições de pobreza do Banco Mundial. As métricas consideram o rendimento diário em dólar por indivíduo. A linha de extrema pobreza está fixada atualmente em US\$ 2,15 (R\$ 11,50) por dia. Já a definição de pobreza é caracterizada por um poder máximo de compra de US\$ 6,85 (R\$ 36,65) por dia. Situação é mais grave entre os habitantes de áreas rurais. Enquanto 7,2% da população do campo foi con-

siderada extremamente pobre, nas áreas urbanas o percentual foi de 3%. Em relação à pobreza, a proporção de pobres em domicílios rurais chegou a 43% no ano passado, contra 20,4% nos domicílios urbanos. Rendimento dos 20% mais ricos é 11 vezes superior ao dos 20% mais pobres. A razão de 11,2 vezes aparece acima de países latino-americanos, como Chile (10,1 vezes) e México (7,8 vezes), e de países europeus, como Portugal, Espanha (5,5 vezes em ambos), Itália (5,4 vezes), França (4,5 vezes) e Suécia (4,3 vezes), mais próximos da média da OCDE (5,3 vezes). (...) (UOL)

(\*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiros - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

## EDITORIAL

### O cuidado com a IA para a opinião pública

A ascensão das inteligências artificiais generativas trouxe ganhos inegáveis para a comunicação, mas também escancarou um problema cada vez mais urgente: o uso dessas ferramentas para fabricar e disseminar notícias falsas em grande escala.

O que antes dependia de tempo, coordenação humana e algum custo agora pode ser produzido em segundos, com aparência de credibilidade e alcance potencialmente ilimitado. A tecnologia, que deveria ampliar o acesso à informação, torna-se arma quando colocada a serviço da manipulação.

O perigo não está apenas na produção acelerada de conteúdo enganoso, mas na sua capacidade de simular fontes confiáveis, imitar estilos jornalísticos e explorar vieses emocionais da audiência. Textos, vídeos e até áudios falsos podem reforçar crenças distorcidas, alimentar polarizações e influenciar comportamentos sociais ou decisões políticas.

Em sociedades já tensionadas, a circulação de falsidades com aparência de verdade cria um ambiente em que a confiança pública, principal alicerce de qualquer democracia, se esfarela em questão de minutos.

Não se pode, porém, responsabilizar a tecnologia em si. O problema é humano: são pessoas, empresas e grupos organizados que utilizam a IA como ferramenta de desinformação. Mas é dever das plataformas, dos governos e da própria imprensa construir mecanismos de defesa. Isso inclui maior transparência nos modelos, políticas rigorosas de identificação de conteúdo sintético e investimento em educação midiática para que o público aprenda a reconhecer sinais de manipulação.

O jornalismo cabe papel central. Em um cenário saturado de ruidos, a busca rigorosa pela verificação e pela clareza se torna ainda mais essencial. A IA pode ser aliada, ajudando a checar fatos, organizar dados e ampliar o alcance da informação de qualidade. Porém, não substituirá o olhar crítico, ético e humano que diferencia notícias de propaganda.

Se não enfrentarmos agora a banalização do engano, corremos o risco de entrar em uma era em que a verdade deixa de ser um consenso possível e passa a ser apenas um produto algorítmico. A sociedade não pode aceitar esse futuro.

## A epidemia do vício e sua cura

O avanço vertiginoso das apostas eletrônicas, as chamadas bets — deixou de ser apenas um novo entretenimento digital para se tornar um problema de saúde pública no Brasil. A facilidade de acesso, a propaganda agressiva e a promessa de ganhos rápidos têm empurrado milhares de brasileiros para um ciclo de endividamento, frustração e adoecimento.

Agora, com iniciativas conjuntas dos ministérios da Saúde e da Fazenda, o país finalmente dá passos concretos para enfrentar essa epidemia silenciosa. Mas ainda é preciso mais atenção, mais responsabilidade e mais firmeza das autoridades.

Os números falam por si: perdas econômicas e sociais estimadas em R\$ 38,8 bilhões por ano; milhares de atendimentos no SUS por vício ou compulsão em jogos; jovens, homens, negros e vulneráveis compõem o perfil majoritário das vítimas.

Trata-se de um fenômeno que não pode ser subestimado e que demanda, urgentemente, políticas públicas robustas, articuladas e de longo prazo.

A criação de uma plataforma de autoexclusão, que permitirá ao jogador solicitar o bloqueio de sua própria participação nos sites de apostas, é um avanço inegável. Assim como o novo Observatório Brasil Saúde e Apostas Eletrônicas, que integrará dados e permitirá identificar padrões de risco, oferecendo apoio direto por meio do SUS.

É a tecnologia sendo usada, finalmente, para proteger, e não para capturar, cidadãos vulneráveis.

Também é bem-vinda a Linha de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, que orienta profissionais e abre caminho para atendimentos presenciais e online.

## Opinião do leitor

### Desabafo

O final da Fórmula 1 será emocionante no fim de semana que vem. Lando Norris tem tudo pra se sagrar campeão do mundo pelo jeito, porém, ainda apostou no Oscar Piastri.

José Ribamar Pinheiro Filho  
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)

patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)

redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro: Rua da Consolação, 850 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 22290-000

Brasília: ST SIBSQuadrado 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes - Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.